

QUESTÕES POLÊMICAS DA TEORIA GRAMATICAL E DO ENSINO DE GRAMÁTICA DO PORTUGUÊS

José Pereira da Silva (UERJ)

O VALOR DA POLÊMICA PARA O PROGRESSO DO CONHECIMENTO HUMANO

Não podemos ignorar a tradição e desprezar os conhecimentos adquiridos que nossos antepassados nos transmitiram, mas isto não basta para que a humanidade busque o progresso e o desenvolvimento.

É óbvio que não podemos a cada momento recomeçar a descobrir o fogo e a inventar a roda. Por isto, precisamos recapitular o que já foi feito antes, registrando em nossa memória física o que nos trouxe a tradição.

Em nosso caso, é claro que estaríamos falando da gramática e do ensino tradicional, com base na memória das coisas básicas e no critério de autoridade dos antepassados.

TRADICIONAL < TRADIÇÃO < [TRAZER] < TRADERE

Não podemos rejeitar, sem qualquer reflexão, os conhecimentos que nos são trazidos desde a mais remota antiguidade, mas não podemos ficar nisso, porque “mudam-se os tempos, mudam-se as verdades”, já dizia Camões, e não se pode descrever com os mesmos termos da Grécia antiga algo que já se modificou tão profundamente em relação a sua forma primitiva, como é o caso das línguas, que sofrem permanentes evoluções.

É preciso polemizar para progredir:

É preciso fazer guerra para conseguir paz:

É preciso botar a mão na ferida para conseguir curá-la:

É preciso matar e morrer para viver mais profundamente.

Já não é preciso questionar o geocentrismo, nem levar ninguém à fogueira por isto, mas nem tudo está resolvido, principalmente em relação aos estudos gramaticais.

Como não poderemos, em um minicurso, tratar de todos os fatos polêmicos da teoria gramatical e do ensino de gramática, destacaremos cinco pontos para breves reflexões provocadoras:

1) A gramaticologia ocidental do grego às línguas modernas;

- 2) Confusões teórico-práticas relativas a flexão e derivação;
- 3) O conceito e a expressão do gênero gramatical nos substantivos e nos adjetivos;
- 4) O ensino da acentuação gráfica e da leitura em língua portuguesa a partir da lógica gramatical (sem tantas regras);
- 5) O que o Professor de Português ensina?

A GRAMATICOLOGIA OCIDENTAL DO GREGO ÀS LÍNGUAS MODERNAS

Como lembrei em 2005 aos alunos de Letras do Estado do Rio de Janeiro, em seu VI Congresso, a gramaticologia moderna está embasada na tradição greco-romana, que utilizava a gramática no sentido básico de gramática normativa. E, por ser normativa, é tradicional e se faz com base na tradição e do respeito às autoridades (suas fontes teóricas).

É natural que a preocupação dos gramáticos greco-latinos era a descrição da língua com objetivos práticos ou pragmáticos, diferente do que faz a lingüística moderna, pois pretendia indicar, pedagógica e exemplarmente, as formas corretas da língua, abonadas com a autoridade dos escritores clássicos.

Como nos lembra Mattoso Câmara Jr. (1986: 10):

Numa sociedade estruturada de maneira complexa a linguagem de um dado grupo social reflete-se tão bem quanto suas outras formas de comportamento. Deste modo, essa linguagem vem a ser uma marca dessa *status* social.

As classes superiores dão-se conta desse fato e tentam preservar os traços lingüísticos pelos quais se opõem às classes inferiores. Tais traços são considerados *corretos* e passa a haver um esforço persistente para transmiti-los de geração a geração. Esta atitude cresce em intensidade à medida que o impacto das classes inferiores se torna cada vez maior. O estudo da linguagem surge a fim de conservar-se inalterada a linguagem *correta* das classes superiores em seu contacto com os outros modos de falar dentro dessa sociedade.

É este tipo de estudo que cria o que, tradicionalmente, chamamos de *gramática*. “Ele não possui gramática” significa que o falante em questão não dominou os traços lingüísticos mantidos pelas classes superiores como marca do seu *status*. O estudo da linguagem, sob este ponto de vista, é um estudo sistemático desses traços.

Sem crítica rigorosa, a gramática latina traduziu ou decalcou a gramática grega, que já não era a descrição da língua do seu tempo, mas de uma língua idealizada pela norma (com base nos autores considerados exemplares).

É ainda no mesmo trabalho de Mattoso Câmara Jr. (*op. cit.*, p. 16) que encontramos a informação de que foram os estóicos os primeiros a preparar “um estudo sistemático da gramática, baseado em Aristóteles”, estudo filosófico este que deixa evidente a importância “da

língua escrita como estímulo ao estudo lingüístico”. (*op. cit.* p. 18) e que prevalece até o final do século XVIII.

Em uma conferência que apresentamos no III Congresso da pós-graduação em Língua Portuguesa da UERJ-FFP, intitulada “A gramática: sua história, estrutura e classificação” e que também continua inédito, lembramos que

Desde que o homem é homem preocupou-se com a gramática e reconstruiu sempre as suas frases, organizando seu pensamento da maneira mais coerente possível.

Não é preciso ser *Ph D* em Lingüística para saber gramática: todos nós organizamos nossa gramática a partir do contato social, porque Deus é justo e deu a cada homem uma gramática¹ e a cada um dá, todos os dias, o **MESMO tempo**, com a ordem: **Seja feliz**.

E... se foi Deus quem criou o mundo, e se o verbo (a palavra) era Deus, então, o mundo foi criado pela palavra.

Naturalmente, devemos considerar que o criador é mais importante que sua criatura: que a palavra é mais importante que o mundo.

Por isto, somos, seremos ou pretendemos ser os mestres da palavra (do verbo), os mestres do criador e das suas criações: Somos, seremos ou pretendemos ser muitíssimo importantes.

A gramática normativa é a legislação através da qual o professor governa as palavras e a língua em nome da sociedade; sociedade esta que tem diversas gramáticas para as diversas ocasiões.

As gramáticas escritas até o início do século XX visavam à normatização das línguas e, por isto, eram sempre tradicionais. Ou seja, seguiam a tradição que herdaram das antecedentes, e estas das gramáticas latinas, e estas das gramáticas gregas (do grego antigo).

É natural que, como o objetivo principal era normativo-pedagógico na gramática grega, não interessava a descrição da língua como fato social simplesmente, mas imposição de uma norma lingüística tida como exemplar, para servir de modelo do bem falar das classes mais elevadas e do bem escrever.² Como se entende do sentido etimológico da palavra gramática, trata-se exclusivamente da arte e da técnica de ler e escrever e não da descrição desprovida de pragmatismo.

Como a gramática moderna é um decalque das gramáticas anteriores, com pouquíssimas atualizações, esta cadeia de decalques nos leva a manter na terminologia gramatical moderna uma nomenclatura que não se justifica nem técnica nem cientificamente, pois não acompanhou a evolução das línguas que pretende descrever.

Exemplos marcantes de inadequação terminológica são os que se referem aos acentos.

¹ A gramática pessoal, que todos nós recebemos, não precisa ser ensinada. Ela nos foi dada através dos primeiros contatos com a sociedade em que crescemos e é atualizada de acordo com os nossos progressos na comunidade. Só a gramática normativa precisa ser ensinada porque todas as sociedades valorizam seus cidadãos de acordo com o nível de sua linguagem. Quanto mais perfeitamente se usar a língua padrão (exemplar), mais oportunidades se terá na sociedade que a adota.

² Entenda-se que a língua exemplar sempre foi a da classe ou grupo dominante, daqueles que detêm a tecnologia mais avançada.

A expressão do gênero nos substantivos e nos adjetivos é uma confusão só; e somente os “papagaios” não perceberam que alguma coisa precisa ser corrigida.

CONFUSÕES TEÓRICO-PRÁTICAS RELATIVAS A FLEXÃO E DERIVAÇÃO

Em geral, há uma grande dificuldade em distinguir tecnicamente a flexão da derivação, como lembra Bechara (1999: 341):

A flexão consiste fundamentalmente no morfema aditivo sufixal acrescido ao radical, enquanto a derivação consiste no acréscimo ao radical de um sufixo lexical ou derivacional.: *casa* + *s*: *casas* (flexão de plural); *casa* + *inha*: *casinha* (derivação).

.....
No plano sintagmático, a flexão provoca o fenômeno da concordância: *móvel novo* → *móveis novos* em oposição a *a casa nova* → *a casinha nova*.

Ora, se mal se consegue distinguir flexão de derivação, o que levou a NGB a definir o grau como flexão, e se o conceito de gênero nas línguas românicas tem sido quase sempre confundido com o conceito de sexo, não seria óbvia uma definição adequada para essa categoria.

Antes de concluir que “não temos, no que se refere a processos lexicais, uma diferença propriamente entre uma Gramática do Português Falado e uma Gramática do Português Escrito” (Basílio, 2002: 372), a Professora Margarida Basílio justifica o fato de haver deixado de lado anteriormente a flexão, com o seguinte argumento:

A razão para isso é que, dentre as inúmeras características que separam a flexão dos processos de formação lexical, ressaltam: (a) a flexão não forma produtos incorporados ao léxico; (b) a flexão se caracteriza por produtividade absoluta e, portanto, a produtividade não é uma questão em sistemas flexionais; e (c) o âmbito da flexão é o enunciado e não o léxico.

Mesmo entre os que são adeptos da descrição da categoria de gênero como sendo uma categoria marcada pela flexão, há uma generalizada lamentação quanto à dificuldade de fundamentação para os seus principais argumentos.

Eis, por exemplo, o que dizem Mário Vilela e Ingedore Villaça Koch em sua *Gramática da Língua Portuguesa*:

Mas vale mais desprezarmos o traço “animacidade” e partirmos para a distinção de **gênero gramatical** (...) que distribui os nomes em duas classes: a classe dos masculinos e a dos femininos. A relação entre gênero natural e gênero gramatical não é, como vimos, muito clara. Nos seres vivos parece haver uma certa coincidência entre os dois gêneros (o natural e o gramatical), como se vê por *lobo-loba*, *boi-vaca*, *homem-mulher*, *bezerro-bezerra*, *cabra-bode*. Mas há demasiados contra-exemplos para permitirem a generalização (*criança*, *cobra*, *serpente*, *lombriga*, *tubarão*, *doninha*, *peixe*, *atum*, *baleia*, *perdiz*, *polvo*, etc.): isto é, a conexão entre os dois gêneros (natural e gramatical) não permite o estabelecimento de uma regra geral. (Vilela, [2001]:189)

A primeira parte do tópico 1.2.2. *Categorias do substantivo: gênero e número* do livro de Mário Vilela e Ingedore Villaça Koch, infelizmente, não consegue apesar de tentar corajosamente, contribuir para o sucesso da descrição da categoria de gênero dos substantivos (Cf. Vilela, [2001]: 188-192).

Claudio Cezar Henriques (Henriques et al., 2003: 114), no tópico *Considerações sobre gênero, flexão e derivação*, chama a atenção para o fato de haver grande dificuldade em se caracterizarem com segurança os limites entre flexão e derivação, lembrando que

Se a crítica à NGB em relação à errônea inclusão do grau entre os processos de flexão é hoje aceita pela maioria dos gramáticos e lingüistas, muito ainda resta a ser discutido sobre as variações de gênero. Antes de analisar se estas são mecanismos flexionais ou derivacionais em nossa língua, é preciso considerar as diferenças entre derivação e flexão.

Demonstrando, a seguir, que a percepção do fato não é nova, Claudio Cezar Henriques cita Mattoso Câmara (Camara Jr, 1996: 81-2), que

...lembra que o gramático latino Varrão (116 aC-26 aC) já mostrava as distinções entre os processos de *derivatio voluntaria* e de *derivatio naturalis*³. O primeiro, que se refere à derivação, enriquece o nosso léxico com a criação de novas palavras a partir do morfema lexical (*livr-eiro*, *livr-aria*). O segundo, referente à flexão, não dá origem a novas palavras e, sim, indica certas categorias gramaticais de acordo com a classe do léxico (nos verbos, por exemplo, modo, tempo e aspecto, número e pessoa).

Como já explicita a própria denominação dada pelo gramático latino, na derivação há possibilidades de escolha do falante. O usuário da língua tem a opção de usar ou não uma forma derivada e até mesmo de criar novas palavras utilizando os morfemas derivacionais. O emprego destes não obedece a uma sistematização obrigatória, pois as possibilidades de derivação não são iguais para uma mesma classe do léxico e o padrão seguido nas derivações existentes não é homogêneo. Assim exemplifica Câmara Jr. (1996:81):

Nem todos os verbos portugueses apresentam nomes deles derivados, e para as derivações existentes os processos são desconexos e variados. Por isso, temos *fala*, para *falar*, *consolação*, ao lado de *consolo*, para *consolar*, *juízo*, para *julgar*, e assim por diante.

A flexão é, em oposição à derivação, imposta pela natureza da frase e segue, obrigatoriamente, um paradigma coeso, com poucas variações. De acordo com a frase, deve-se empregar, por exemplo, o singular ou o plural e um determinado tempo verbal; e, ao lado de *falava*, há *consolava*, *julgava* etc. Um outro traço característico dos morfemas flexionais em nossa língua é a sua relação com a concordância (O- menino- brincava- / Os meninos brincavam.).

Antônio José Sandmann, em sua *Morfologia Geral*, tenta deixar bem claras as diferenças entre derivação e flexão, lembrando que as palavras se transformam, pela derivação, em unidades lexicais autônomas, o que não ocorre com a flexão.

Considerando que “a ordem de ocorrência e a possibilidade de cumulação são fatores que diferencia os morfemas derivacionais e os flexionais” (Henriques, 2003: 115-6), os advérbios formados por meio do acréscimo do sufixo *-mente* nos trariam uma situação peculiar em relação à flexão do adjetivo feminino do qual estes derivam, pois, ao que me parece, fica-

³ O Professor Amós Coêlho da Silva, em trabalho ainda inédito, chama a atenção para o fato de Mattoso Câmara ter transcrito a expressão *derivatio voluntaria* por *declinatio voluntária* e *derivatio naturalis* por *declinatio naturalis*, que são, de fato, as expressões de Varrão.

ríamos com uma situação de morfema flexional à esquerda de um morfema derivacional. Por exemplo: em *lind + a + mente* e em *rápid + a + mente* teríamos radical + desinência de gênero feminino + sufixo formador de advérbio.

Ora, como é sabido, “as desinências ocupam sempre a posição mais externa à direita” (*op. cit.*: 116), além de poderem indicar mais de uma função, como ocorre com as desinências modo-temporais e com as desinências número-pessoais dos verbos, principalmente. Mas isto é uma divagação, pois não trataremos aqui e agora do gênero dos adjetivos nem de sua formação.

Outro argumento contra a ocorrência da flexão de gênero nos substantivos está ligado ao aspecto sintático da concordância, como nos ensina em nota de pé de página o Professor Bechara (1999: 117), no tópico que trata da **estrutura interna do substantivo**. Afirmando que “O substantivo, fora da flexão, pode ser dotado da marca de gênero: *menino / menina, gato / gata*”, transcreve o seguinte longo parágrafo de Herculano de Carvalho:

Quanto a este ponto, a afirmação generalizada de que o substantivo tem flexão de gênero, aparentemente justificada pela existência de pares masculinos / femininos tais como *irmão / irmã, noivo / noiva, gato / gata*, que significam respectivamente o macho e a fêmea de uma dada espécie de ser animado (sexuado). Com efeito, é propriedade essencial da flexão o fato de que por esse processo variem as significações gramaticais de 2º grau (isto é, de gênero, número, tempo-aspecto, modo, pessoa, etc.) somadas, alternadamente, ao tema por meio dos morfemas próprios, sem que se altere a significação inerente da palavra semântica, que permanece a mesma em cada um dos membros do paradigma flexional. é isso que se dá com a variação de número *casa / casas* e, no adjetivo (pronome, etc.) com a de gênero: na variação *alto / alta* não se altera a significação inerente do adjetivo, presente no seu tema *alt-*. Ora, o que se passa com *lobo / loba* é precisamente o contrário, porque o termo masculino e o termo feminino manifestam significações inerentes diversas, a saber, respectivamente, a de espécie macho e a de espécie fêmea do gênero (lógico) *lupus* (significado este também pelo masculino, na sua qualidade de termo não marcado da oposição). Quer dizer que se trata aqui, não de flexão, mas antes de derivação, como a que se observa em *barco / barca, saco / saca*, etc. (Carvalho, 1983: 745-6)

O Professor Castelar de Carvalho, defendendo a posição oficial sobre o problema do gênero do substantivo como flexão, indicou-nos o livro *Morfologia Portuguesa*, do Professor José Lemos Monteiro (2002), que mais nos ajudou na confirmação de nossa hipótese, pois afirma, na página 79, referindo-se às categorias nominais de gênero e de número:

Observemos que nem todo nome ou pronome possui essas quatro subcategorias [de gênero masculino e feminino e de número singular e plural]. Estruturalmente, uma subcategoria sempre se opõe a outra. Ou seja, uma palavra só apresenta a marca do masculino se tiver um feminino correspondente. Não há plural sem singular e vice-versa.

E continua o Professor, dando o exemplo que nos ajudou, visto que não se pode falar de flexão quando a nova forma significa (no mundo exterior) outra coisa diferente da que supostamente sofreu mera flexão:

Os masculinos **saco, ele, doutor, ateu** e **espanhol** estão marcados pela desinência zero (Ø) que se opõe ao morfe [a] dos femininos **saca, ela, doutora, atéia** e **espanhola**.

Está evidente que o autor se enganou porque **saca** não é uma flexão de **saco**, mas um tipo diferente de embalagem, assim como **cavala** não é o feminino de **cavalo**, **pasta** não é o feminino de **pasto** e **casa** não é feminino de **caso**, como ensina, corretamente, na página 80:

De modo análogo, em **máquina**, **caneta**, **criatura** e **sacola**, o [a] final não constitui desinência de gênero, mas vogal temática. Será erro considerar o morfe zero como traço desinencial opositivo do gênero das palavras citadas. O zero deve ser usado sempre na ausência de morfe, jamais na inexistência de morfema.

Com relação a formas do tipo **cavalo**, **pasta**, **casa** e **carteira**, também não se fala em desinência de gênero, embora haja as formas **cavala**, **pasto**, **caso** e **carteiro**. É que falta a correspondência semântica, fundamental na caracterização do gênero.

Na verdade, para esclarecer grande parte do que discutiremos a seguir, é indispensável distinguir flexão de derivação, o que poderemos fazer, levando em consideração também as palavras de José Carlos Azeredo (2000: 82):

A derivação é um processo que dá origem a novos **lexemas** – ou **palavras** [...], enquanto a flexão produz variações da forma de um lexema, dando origem ao que chamamos **vocábulos morfossintáticos**.

O dicionário registra os lexemas, e não os vocábulos morfossintáticos, porque estes são formas flexionadas.⁴

Mais adiante, no parágrafo 219 o Professor José Carlos Azeredo (2000: 110-1) dá as seguintes razões que nos esclarecem sobre a distinção entre flexão e derivação, considerando a marcação de gênero de substantivo como uma derivação:

- o conceito de flexão é incompatível com a quantidade de “exceções” observada na classe dos substantivos. Para muitos substantivos em *-o* não existe contraparte feminina em uso (*mosquito*, *besouro*, *pagão*, *lagarto* (*lagarta* é um inseto), *veado*, *camundongo*); em outros pares de nomes, a fêmea é designada por meio de um lexema que nenhuma regra é capaz de produzir (*homem / mulher*, *carneiro / ovelha*, *cavalo / égua* etc.);
- a flexão expressa a variação formal da **mesma** palavra (*feio / feia / feios / feias*, *saber / sei / sabendo / soubesse*, *leão / leões*). *Coelho* e *coelha* não são duas formas da mesma palavra, mas palavras lexicais distintas (Mathews, 1974; Bechara, 1999). A atribuição de um gênero diferente a uma unidade lexical substantiva é uma forma de criar um novo substantivo, isto é, um processo de derivação;
- a criação e o emprego de certos nomes femininos (*chefa*, *sargenta*, *presidenta*), ou mesmo de certos nomes masculinos (*borboleta*, *formigo*, *pulgo*, possíveis nas histórias infantis) são freqüentemente encarados como opções pessoais ou escolhas estilísticas dos falantes, o que não acontece quando estamos diante de uma flexão regular.

Tratando dos aumentativos e diminutivos, Bechara esclarece mais sobre o conceito de flexão: “A flexão se processa de modo sistemático, coerente e obrigatório em toda uma classe homogênea, fato que não ocorre na derivação” (Bechara, 1999: 140)

⁴ Veja que os dicionários registram, por exemplo: **menino** e **menina**, **pato** e **pata**, **gato** e **gata**, **homem** e **mulher**, mas não, por exemplo: **pequena** (feminino de pequeno).

O CONCEITO E A EXPRESSÃO DO GÊNERO GRAMATICAL NOS SUBSTANTIVOS E NOS ADJETIVOS

Eis os primeiros cem substantivos do *Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa*, em que, com exceção daqueles dicionarizados como substantivos e adjetivos, somente um tem forma masculina e forma feminina (“abade” / “abadessa”), evidenciando que o gênero do substantivo não é formado por flexão:

a	ababone	abacaxi-de-tingir	abacômite
aabora	ababoni	abacaxi-silvestre	abacondado
aachense	ababuí	abacaxizal	abaconde
aacheniano	abaca	abacaxizeiro	abacote
aal	abacá	abacé	abactínea
aaleniano	abaçá	ábace	abacto
aaleniense	abacaí	abaceias	abactor
aalênio	abaçaí	abacebilidade	abáculo
aalense	abaçanamento	abacelabilidade	abacutaia
aaquenense	abacatada	abacelamento	abada
aaqueniano	abacataia	abacenino	abadá
aardvark	abacatal	abacense	aba-de-estrela
aardwolf	abacate	abaci	abadágio
aariano	abacate-do-mato	abácia	abadalassa
aarônida	abacateiral	abaciado	abadão
aaronita	abacateiro	abaciamento	abadavina
aaru	abacaterana	abácias	ABADE
ãatá	abacatirana	abaciato	abadejo
aavora	abacatuia	abácida	abadengo
aba	abacatuia	abacinamento	abadense
ababá	abacaxi	abacisco	abadema
ababaia	abacaxibirra	abacista	ABADESSA
ababalhos	abacaxi-branco	ábaco	abadessado
ababangai	abacaxicultor	abacômite	abadia
abá-baxé-de-ori	abacaxicultura	abacomitato	abadianense

O mesmo gramático ainda lembra que “Todo substantivo está dotado de gênero, que, no português, se distribui entre o grupo do *masculino* e o grupo do *feminino*” (Bechara, 1999: 131). Mas, logo no início da página seguinte dá uma informação que não é nova, mas revolucionária entre os gramáticos brasileiros: “Só que esta determinação genérica não se manifesta no substantivo da mesma maneira que está representada no adjetivo ou no pronome, por exemplo, isto é, pelo processo de flexão”.

Continuarei transcrevendo a *Gramática* do Bechara, que, além de ser autoridade respeitada entre os filólogos, lingüistas e gramáticos de todo mundo ocidental, teve a coragem de enfrentar os tradicionalistas para desmascarar essa farsa de flexão de gênero dos substantivos (Bechara, 1999: 132-134):

Apesar de haver substantivos em que aparentemente se manifeste a distinção genérica pela flexão (*menino / menina, mestre / mestra, gato / gata*), a verdade é que a inclusão num ou noutro gênero depende direta e essencialmente da classe léxica dos substantivos e, como diz Herculano de Carvalho, “não é o fato de em português existirem duas palavras diferentes – *homem / mulher, pai / mãe, boi /*

vaca, e ainda *filho / filha*, *lobo / loba* (das quais estas *não são* formas de uma flexão, mas palavras diferentes *tanto como* aquelas) – para significar o indivíduo macho e o indivíduo fêmea (duas espécies do mesmo “gênero”, em sentido lógico) que permite afirmar a existência das classes do masculino e do feminino, mas, sim, o fato de o adjetivo, o artigo, o pronome, etc., se apresentarem sob duas formas diversas exigidas respectivamente por cada um dos termos de aqueles pares opostos –, “este homem velho” / “esta mulher velha”, “o filho mais novo” / “a filha mais nova” –, formas que de fato constituem uma flexão”. (Carvalho, [s/d.]a: v. 9, s.v. *gênero*)

A aproximação da função cumulativa derivativa de *-a* como atualizador léxico e morfema categorial se manifesta tanto em *barca* de *barco*, *saca* de *saco*, *fruta* de *fruto*, *mata* de *mato*, *ribeira* de *ribeiro*, etc., quanto em *gata* de *gato*, porque dá “ao tema de que entra a fazer parta a capacidade de significar uma classe distinta de objetos, que em geral constituem uma espécie de gênero designado pelo tema primário” (Carvalho, [s/d.]b: 536 n. 38; [s/d.]c: 21). É pacífica mesmo entre os que admitem o processo de flexão em *barco* → *barca* e *lobo* → *loba*, a informação de que a oposição masculino – feminino faz alusão a outros aspectos da realidade, diferentes da diversidade de sexo, e serve para distinguir os objetos substantivos por certas qualidades semânticas, pelas quais o masculino é uma forma geral, não-marcada semanticamente, enquanto o feminino expressa uma especialização qualquer:

barco / barca (= barco grande)

jarro / jarra (um tipo especial de jarro)

lobo / loba (fêmea do animal chamado lobo)

Esta aplicação semântica faz dos pares *barco / barca* e restantes da série acima não serem consideradas primariamente formas de uma flexão, mas palavras diferentes marcadas pelo processo de derivação. Esta função semântica está fora do domínio da flexão. A analogia material da flexão de gênero do adjetivo é que levou o gramático a pôr no mesmo plano *belo / bela* e *menino / menina*.

Este fato explica por que na manifestação do gênero no substantivo, entre outros processos, existe a indicação por meio de sufixo nominal: *conde / condessa*, *galo / galinha*, *ator / atriz*, *embaixador / embaixatriz*, etc.

Sem ser função precípua da morfologia do substantivo, a diferença do sexo nos seres animados pode manifestar-se ou não com diferenças formais neles. Esta manifestação se realiza ou pela mudança de sufixo (como em *menino / menina*, *gato / gata*) – é a *moção* –, ou pelo recurso a palavras diferentes que apontam para cada um dos sexos – é a *heteronímia* (*homem / mulher*, *boi / vaca*). Na primeira série de pares, como já vimos na lição de Herculano de Carvalho, não temos formas de uma flexão, mas, nelas, como na segunda série de pares, estamos diante de palavras diferentes.

Quando não ocorre nenhum destes dois tipos de manifestação formal, ou o substantivo, com o seu gênero gramatical, se mostra indiferente à designação do sexo (*a criança*, *a pessoa*, *o cônjuge*, *a formiga*, *o tatu*) ou, ainda indiferente pela forma, se acompanha de adjuntos (artigos, adjetivos, pronomes ou numerais) com moção de gênero para indicar o sexo (*o artista*, *a artista*, *bom estudante*, *boa estudante*).

Inconsistência do gênero gramatical

A distinção do gênero nos substantivos não tem fundamentos racionais, exceto a tradição fixada pelo uso e pela norma; nada justifica serem, em português, masculinos *lápiz*, *papel* e *tinteiro* e femininos *caneta*, *folha* e *tinta*.

A inconsistência do gênero gramatical fica patente quando se compara a distribuição de gênero em duas ou mais línguas, e até no âmbito de uma mesma língua histórica na sua diversidade temporal, regional, social e estilística. Assim é que para nós o *sol* é masculino e para os alemães é feminino *die Sonne*, a *lua* é feminino e para eles masculino *das Mond*; enquanto o português *mulher* é feminino, em alemão é neutro *das Weib*. *Sal* e *leite* são masculinos em português e femininos em espanhol: *la sal* e *la leche*. *Sangue* é masculino em português e francês e feminino em espanhol: *le sang* (fr.) e *la sangre* (esp.).

Mesmo nos seres animados, as formas de masculino ou do feminino podem não determinar a diversidade de sexo, como ocorre com os substantivos chamados *epícenos* (aplicados a animais irracionais), cuja função semântica é só apontar para a espécie: *a cobra*, *a lebre*, *a formiga* ou *o tatu*, *o colibri*, *o jacaré*, ou os substantivos aplicados a pessoas, denominados *comuns de dois*, distinguidos pela concordância: *o / a estudante*, *este / esta consorte*, *reconhecido / reconhecida mártir*, ou ainda os

substantivos de um só gênero denominados *sobrecomuns*, aplicados a pessoas, cuja referência a homem ou a mulher só se depreende pela referência anafórica do contexto: *o algoz*, *o carrasco*, *o cônju-ge*.

A mudança de gênero

Aproximações semânticas entre palavras (sinônimos, antônimos), a influência de terminação, o contexto léxico em que a palavra funciona, e a própria fantasia que moldura o universo do falante, tudo isto representa alguns dos fatores que determinam a mudança do gênero gramatical dos substantivos. Na variedade temporal da língua, do português antigo ao contemporâneo, muitos substantivos passaram a ter gêneros diferentes, alguns sem deixar vestígios, outros como *mar*, hoje masculino, onde o antigo gênero continua presente em *preamar* (*prea = plena, cheia*) e *baixa-mar*.

Já foram femininos *fim*, *planeta*, *cometa*, *mapa*, *tigre*, *fantasma*, entre muitos outros; já foram usados como masculinos: *árvore*, *tribo*, *catástrofe*, *hipérbole*, *linguagem*, *linhagem* (Said Ali, [1931]: I, 65-70; Domingues, 1932).

Voltando à argumentação contrária a nossa hipótese, transcrevo o tópico “Desinência de gênero ou sufixo?”, do Professor José Lemos Monteiro (2002: 87-87), ao qual farei alguns comentários em notas de pé de página:

Alguns autores entendem que o morfê [a], marcador do gênero feminino, se alista entre os sufixos derivacionais, quando o vocábulo for um substantivo. Nessa linha, Bechara (1999) parece defender a idéia de que inexistente o processo flexional na distinção entre os gêneros dos substantivos. E Azeredo (2000), acatando a mesma opinião, afirma que a análise do gênero como flexão, embora muito difundida e consolidada, precisa de uma reformulação. A rigor, segundo tais estudiosos, em **lobo – loba** tem-se uma derivação, desde que as formas do masculino e do feminino expressam significações inerentes diversas.

É evidente que, sendo a hipótese difundida por nomes consagrados como os de Bechara e Azeredo, não é para ser desprezada sem uma reflexão mais acurada. A favor dela há, entre outros, o argumento de que o morfê [a] não se aplica sistematicamente a todos os substantivos.⁵ Mas esse mesmo argumento poderia valer, por exemplo, para os chamados adjetivos uniformes (**doente, simples** etc.).⁶

Desse modo, o grande problema para a aceitação da proposta reside no fato de que, morficamente, o adjetivo tem sob esse aspecto o mesmo comportamento do substantivo.⁷ Como se pode entender que ambos são nomes, apenas diversificados quanto à função, afirmar que ocorre flexão, quando se trata de adjetivo, e derivação, quando o nome é substantivo, termina descaracterizando a flexão e a derivação como processos morfológicos. Se a coerência e a simplicidade são os princípios que devem nortear uma boa descrição, parece que tais princípios deixam de ser levados em conta, ao se admitir que o [a], embora seja desinência de gênero nos adjetivos, é sufixo derivacional nos substantivos.⁸

Além disso, há outros fatos complicadores. Conforme explica Azeredo (2000: 111), em vocábulos que são potencialmente substantivos e adjetivos (**faxineiro, embaixador, sabichão** etc.) “existem

⁵ Faço questão de lembrar ao Prezado Colega que (exceto os que são potencialmente substantivos e adjetivos) não se aplica o morfema de gênero ao substantivo.

⁶ É claro que o argumento não vale para os adjetivos uniformes, pois estes não mudam de significado como mudam os substantivos dos pares (masculinos / femininos) apresentados como sendo formas flexionadas da mesma palavra. Alguém pode achar que o substantivo **menino** indica o mesmo ser que o substantivo **menina**, aos quais só se indentifique uma acomodação gramatical?

⁷ Engana novamente o Prezado Colega, pois o adjetivo se modifica para concordar com o substantivo a que se refere. E é nisto que consiste a principal diferença entre flexão e derivação, conforme informou o Prof. Bechara, no tópico acima transcrito. Substantivo algum se modifica para concordar com outro, como também já ficou mostrado.

⁸ Engana-se novamente o Prezado Colega, pois é muito mais incoerência ter de justificar a inexistência de flexão de gênero para mais de noventa por cento dos substantivos de qualquer lista não selecionada, recolhida em qualquer dicionário. É certo que uma boa descrição gramatical é aquela que admite o menor número possível de exceções. Por isto, talvez, melhor seria considerar o problema do gênero como uma situação de formas marcadas *versus* formas não marcadas, como propõe John W. Martin (2000: 65-69).

contrapartes femininas regularmente formadas por flexão”.⁹ Ora, a nosso ver, insistimos mais uma vez, substantivos e adjetivos não são classes de palavras, mas funções (Cf. o capítulo final “Classes e funções”), sendo pouco provável encontrar-se um critério capaz de predizer quando um nome funciona exclusivamente como adjetivo ou como substantivo.¹⁰ Os que se caracterizam preferencialmente como substantivos (**inteligência, beleza** etc.) em geral não admitem oposição de gênero, caso em que o [a] final, se presente, não é desinência nem muito menos sufixo derivacional.

Por outro lado, se entendermos que em pares do tipo **coelho e coelha** não se tem a mesma palavra, porém duas palavras distintas, o que dizer dos pronomes ou numerais que admitem a oposição de gênero? Os femininos **ela, toda, aquela, duas** etc. seriam também palavras distintas dos substantivos correspondentes?¹¹

Por essas razões, parece prudente manter nesse ponto a tradição gramatical que considera a marca mórfica de gênero como um mecanismo flexional. Mas o assunto continua polêmico e merece novos estudos.¹²

Depois de esclarecer os fundamentos das formas que nos dão a ilusão de flexão de gênero dos nomes que são “potencialmente substantivos e adjetivos”, o Professor José Carlos Azeredo (2000: 111-2):

Em todos os demais casos em que à distinção de gêneros não corresponde uma distinção sistemática de significados, como a oposição “macho / fêmea”, os substantivos, embora formados com base no mesmo radical, apresentam relações de significado bastante variáveis ou mesmo de sistematização impossível. Esses pares de substantivos podem ser distribuídos em dois grupos:

Grupo A: nomes que diferem no gênero e na forma: *balanço / balança, barco / barca, barraco / barraca, bicho / bicha, bolso / bolsa, braço / braça, caneco / caneca, cerco / cerca, cesto / cesta, cinto / cinta, cunho / cunha, encosto / encosta, espinho / espinha, fosso / fossa, fruto / fruta, grito / grita, horto / horta, jarro / jarra, lenho / lenha, madeiro / madeira, palmo / palma, poço / poça, ramo / rama, saco / saca, veio / veia.*

Grupo B: nomes homônimos de gênero diverso: *o cabeça / a cabeça, o guarda / a guarda, o caixa / a caixa, o lente / a lente, o moral / a moral, o rádio / a rádio, o capital / a capital, o rosa (cor) / a rosa (flor), o cinza / a cinza, o violeta / a violeta, o guia / a guia.*

⁹ Eis a íntegra do tópico 220, de Azeredo (2000: 111):

220. “Devemos, entretanto, reconhecer que, para nomes derivados como *sabichão, beberão, trapalhão, francês, português, italiano, americano, cantor, professor, embaixador, verdureiro, faxineiro*, existem contrapartes femininas regularmente formadas por flexão (*sabichona, francesa, italiana, cantora, faxineira*). Explica-se esse fato, seja porque tais nomes são potencialmente substantivos e adjetivos, seja porque contêm ‘sufixos que se flexionam’. Com efeito, os sufixos de grau *-(z)ão* e *-(z)inho* variam em gênero. O sufixo *-ão* apresenta no feminino o alomorfe *-on(a)*. Isso explica a existência de formas tipicamente populares e coloquiais como *mulherona, bolsona, cinturona, volona, portona*, criados para recuperar o valor de ‘aumentativo’ de certo modo perdido pelas formas em *-ão*: *mulherão, bolsão, cinturão, bolão, portão*.

O sufixo *-(z)inho / -(z)inha* também se comporta como unidade autônoma em relação ao gênero. É ele, e não o substantivo como um todo, que se flexiona em nomes como *pontezinha* e *pelezinha*, já que os nomes *ponte* e *pele* são de tema em *-e*. O *-a* dos diminutivos *portinha, ruazinha, pontezinha* e *pelezinha* é desinência de gênero própria do sufixo. A regularidade da presença do *-a* nos substantivos femininos derivados por meio do sufixo aumentativo *ão*, e dos sufixos *-ês, -or* e *-eiro* também é uma prova de que esse *-a* é uma desinência de gênero anexa ao próprio sufixo (*sabichona, solteirona* (subst. ou adj.), *francesa* (subst. ou adj.), *burguesa* (subst. ou adj.), *escritora, perdedora, lavadora, leiteira, laranjeira, sapateira, banheira*).

¹⁰ É claro que, para dissolver funcionalmente essa dúvida, basta considerar que o nome ambivalente é substantivo quando é o termo determinado e é adjetivo quando é determinante.

¹¹ É óbvio, caros colegas, que os artigos, pronomes, numerais e adjetivos flexionam em gênero para concordarem com os termos determinados por eles, não carregando nenhuma diferença semântica, mas apenas a alteração de gênero gramatical.

¹² Como está evidente, concordamos com o Ilustre Lingüista e Sócio Correspondente da Academia Brasileira de Filologia quanto a sua última frase, mas, para o bem da ciência lingüística, lutaremos pelo reconhecimento de que os substantivos não flexionam em gênero, enfrentando essa tradição que não quis ver nem deixar que fosse vista uma realidade tão perfeitamente coberta que poucos se deram conta de tamanha inadequação.

O ENSINO DA ACENTUAÇÃO GRÁFICA E DA LEITURA EM LÍNGUA PORTUGUESA A PARTIR DA LÓGICA GRAMATICAL

A terminologia gramatical moderna relativa à acentuação, por exemplo, nada tem a ver com a realidade, visto que nossa língua não é tonal e, por isto, não tem tonicidade, nem acento tônico, nem sílabas átonas, tônicas, nem oxítonos, paroxítonos e proparoxítonos, assim como nossos acentos gráficos não deveriam ser chamados de agudos, graves nem circunflexos porque todos esses elementos estão ligados a tom e não a intensidade.

Mattoso Câmara Jr. (1986: 19) ainda lembra que

A gramática grega, com base na filosofia, ou melhor, na lógica, e seguindo uma nítida orientação do “certo e errado” (visando impor o dialeto ático), abrange a fonética com uma classificação dos sons da língua grega e do estudo do acento ao lado do estudo do vocábulo e da oração. (...) As primeiras investigações fonéticas na Grécia relacionavam-se à música e, no começo, aqueles que as realizavam eram chamados tanto de músicos como de gramáticos.

Ernesto Faria (1955: 123), condenando a incoerência terminológica na gramática latina, também nos lembra que

Os gramáticos latinos costumavam referir-se a três espécies de acento em latim: o acento agudo, o acento circunflexo, o acento grave. Nisto seguiam eles demasiado de perto as teorias dos gramáticos gregos. Na língua grega tais acentos existiam e eram freqüentemente grafados (especialmente pelos alexandrinos) para facilitar a leitura, isto em vista da relativa complexidade da acentuação grega. No latim, porém, como reconhece o próprio Juret (1921: 74), não havia necessidade de se empregarem tais sinais pela extrema simplicidade das regras de acentuação.

A acentuação gráfica da língua portuguesa, por exemplo, está baseada em princípios muito simples, mas as gramáticas confundem tudo, criando uma quantidade enorme de regras desnecessárias, o que, como se vê na citação acima, é uma herança maldita da tradição que se mantém desde o tempo dos romanos.

“Alugando” os alunos do curso de pós-graduação em Língua Portuguesa da Faculdade de Formação de Professores, conferimos um mil vocábulos em quatro pontos diferentes do *Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa*, de Caldas Aulete, e aplicamos a eles uma única e simples regra de acentuação gráfica, surpreendendo-nos a todos pelo excelente resultado: Não foi necessário apresentar nenhuma exceção.

Essa regra, que foi a base para a elaboração do *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa*, não costuma ser levada em conta pelos organizadores de gramáticas normativas nem de manuais didáticos de ensino de Língua Portuguesa.

Em primeiro lugar, é evidente que a maioria absoluta das palavras da língua portuguesa é constituída de paroxítonos e que esses vocábulos terminam normalmente em –a(s), –o(s), –e(s), –em, –ens ou em –am.

Tais palavras, portanto, estando de acordo com o padrão da língua, não levam qualquer acento gráfico para caracterizar o destaque na pronúncia.

A regra, portanto, consiste em acentuar graficamente apenas as palavras que fogem a este padrão da língua e aqueles a que o acento gráfico tem outra função, sempre baseada na estatística.

São acentuadas naturalmente (sem necessidade de diacríticos)	Logo, são acentuadas graficamente (com acento agudo ou circunflexo)
As penúltimas vogais fortes das palavras terminadas em a(s), e(s), o(s), am, em e ens , assim como as últimas vogais fortes das palavras que terminarem de modo diferente deste.	<p>a) as antepenúltimas vogais fortes;</p> <p>b) as penúltimas vogais fortes das palavras não terminadas em a(s), e(s), o(s), am, em e ens;</p> <p>c) as últimas vogais fortes das palavras que terminarem em a(s), e(s), o(s), em e ens,</p>

Todas as outras situações em que as palavras se acentuam graficamente se baseiam neste mesmo princípio.

Por exemplo: Somente três ditongos podem ser abertos ou fechados em português, tendo a maioria deles timbre fechado: *ei/éi*, *eu/éu* e *oi/ói*. Por isto, em qualquer posição da palavra em que se encontrem em sílabas tônicas, os abertos levam acento gráfico.

Outro exemplo: Os encontros vocálicos formados por vogal seguida de “i” ou “u” podem ser ditongo decrescente ou hiato, sendo a maioria constituída de ditongos. Por isto, estas letras levam acento gráfico quando forem tônicas.

Se desconsiderarmos os latinismos e a onomatopéia “tam-tam”, somente as formas verbais de terceira pessoa do plural terminam em –am. Por isto, o ditongo final /-ãw/ é escrito com –ão somente quando for tônico ou quando for substantivo (Cf. variantes *Estêvão / Estevam*).

O QUE O PROFESSOR DE PORTUGUÊS ENSINA?

A adequação do uso do idioma nas diversas situações sociais, reforçando o uso da língua padrão ou exemplar de sua comunidade, por ser a que trará maior retorno sociocultural.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AULETE, Caldas. *Dicionário contemporâneo da língua portuguesa*. 5ª ed. (2ª ed. brasileira em 5 volumes). Rio de Janeiro: Delta, 1970.
- AZEREDO, José Carlos. *Fundamentos de gramática do português*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
- BASÍLIO, Margarida et alii. Derivação, composição e flexão no português falado: condições de produção. In CASTILHO, Ataliba Teixeira de (org.). *Gramática do português falado*. Volume III: As abordagens. 3ª ed. Campinas: Unicamp, [2002], p. 363 -429.
- BASSETTO, Bruno Fregni. As vertentes greco-latinas de nossa nomenclatura gramatical. *Cadernos do CNLF*, vol. VII, nº 01. Rio de Janeiro: CiFEFiL, 2003, p. 63.
- BECHARA, Evanildo. *Gramática escolar da língua portuguesa*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2001.
- . *Moderna gramática portuguesa*. 37ª ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999.
- BOTELHO, José Mario. *O gênero imanente do substantivo no português*. Rio de Janeiro: JMBotelho, 2005. (Série Acadêmica)
- CAMARA JR., J. Mattoso. *Estrutura da língua portuguesa*. Petrópolis: Vozes, 1996.
- . *História da Lingüística*. Tradução de Maria do Amparo Barbosa de Azevedo. 4ª ed. Petrópolis: Vozes, 1986.
- CARVALHO, J. C. Herculano de. *Enciclopédia luso-brasileira de cultura*. Lisboa: Verbo, [s/d.]a.
- . *Teoria da linguagem*. I. Coimbra: Coimbra, 1983.
- . *Teoria da linguagem*. II. Coimbra: Coimbra, [s/d.]b.
- . *Estudos lingüísticos*. vol. III. Coimbra: Coimbra, [s/d.]c.
- DOMINGUES, Conde Pinheiro. Variação de gênero em português. In *Revista de cultura*. Petrópolis: Vozes, 1932.
- FARIA, Ernesto. *Fonética histórica do latim*. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1955.
- HENRIQUES, Claudio Cezar; SILVA, Ana Paula Araújo; ALVIM, Laila Maria Handam. Descrevendo o português: interpretações de morfologia e sintaxe. In HENRIQUES, Claudio Cezar (org.). *Linguagem, conhecimento e aplicação: estudos de língua e lingüística*. Rio de Janeiro: Europa, 2003, p. 113-126.
- HOUAISS, Antônio. *Dicionário eletrônico houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- JURET, A. C. *Manuel de phonétique latine*. Paris, 1921.
- MACEDO, Walmírio. *Gramática da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Presença, 1991.
- MARTIN, John W. Gênero? *Revista Philologus*, ano 6, nº 16. Rio de Janeiro: CiFEFiL, jan./abr. 2000, p. 65-69.
- MATHEWS, P. H. *Morphology: An Introduction to the Theory of Word-structure*. Cambridge? Cambridge - UP, 1974.
- MONTEIRO, José Lemos. *Morfologia portuguesa*. 4ª ed. rev. e ampl. Campinas: Pontes, 2002.

RIBEIRO, Manoel P. *Nova gramática aplicada da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Metáfora, 2002. [Já está na 14ª edição].

SAID ALI, Manuel. *Gramática histórica da língua portuguesa*. 2ª ed. São Paulo: Melhoramentos, s/d. [1931].

SANDMANN, Antônio José. *Morfologia geral*. São Paulo: Contexto, 1997.

SILVA, José Pereira da. “A gramática: sua história, estrutura e classificação”. Conferência apresentada no III Congresso da Pós-Graduação em Língua Portuguesa da UERJ-FFP. Realizado na Faculdade de Formação de Professores, de 6 a 10 de junho de 2005. (Inédito)

———. A inexistência da flexão de gênero nos substantivos da língua portuguesa. *Letras em foco*. Anais da II Semana de Letras e da VI Semana de Lingüística e Filologia. Tomo I: Língua, Lingüística e Filologia. São Gonçalo: DEL(UERJ) / CiFEFiL, 2000, p. 9-27.

———. “Carências e incoerências da gramática”. Minicurso oferecido no VI Congresso dos Estudantes de Letras do Estado do Rio de Janeiro, organizado pelo Centro Acadêmico Carlos Drummond de Andrade e Executiva Nacional dos Estudantes de Letras e realizado na Faculdade de Formação de Professores da UERJ, em São Gonçalo, nos dias 24, 25 e 26 de junho de 2005. (Inédito).

———. (org.). *A questão polêmica da flexão de gênero* (alguns textos básicos para sua discussão). Rio de Janeiro: 2004.

VILELA, Mário; KOCH, Ingedore Villaça. *Gramática da língua portuguesa: gramática da palavra, gramática da frase, gramática do texto/discurso*. [Coimbra]: Almedina, [2001].